Divisão de Gestão de Materiais / Compras

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhamos o presente processo administrativo para prosseguimento da contratação, observando as definições abaixo elencadas:

	MODELAGEN	1 DA CONTRATAÇÃO			
Objeto:					
Servidor Designado:		Equipe de Apoio:		Obs:	
Modalidade	( ) Pregão Eletrônico- Fundamento Legal: Decreto nº 10.024/2019	( ) Dispensa de licitação- Fundamento Legal:	( ) Inexigibilidade- Fundamento Legal:	Outra:	
Critério de Sustentabilidade	Consta no Guia Nacional de Sustentabilidade da AGU?	( ) SIM	( ) NÃO	Justificativa (caso não seja incluído critério de sustentabilidade:	
	Descrição dos critérios de sustentabilidade:				
Outros registros técnicos a serem observados	( ) CREA/CAU	( ) ANVISA	( ) Outros:	Obs:	
Plano Anual de Contratações	O Item consta no PAC?	( ) SIM Código:	( ) NÃO	Justificativa:	
Serviço de Natureza Contínua	( ) SIM	( ) NÃO	Obs:		
Necessidade de Garantia Contratual:	( ) SIM	( ) NÃO	Percentual (se houver):		
CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS EM CASO DE DE PREGÃO ELETRÔNICO / LICITAÇÃO					
Utilização do Sistema de Registro de Preços	( )SIM	( ) NÃO	Justificativa (caso positivo):	Enquadramento (Decreto n. 7.892/2013):	
Tipo de Licitação	( ) Menor Preço	( ) Maior Desconto	( ) Técnica e Preço	Obs:	
Critério de Aceitação	( ) Valor Estimado	( ) Valor Máximo Indicar:	( ) Valor de Referência: Indicar:	Obs:	
Enquadramento como bem ou serviço comum	( ) SIM	( ) NÃO	( ) Serviço Comum de Engenharia	Obs:	
Agrupamento dos Itens	( ) SIM	( ) NÃO	Justificativa (se positivo):		
Pesquisa de Preços	Valor consta em Ata/Contrato vigente a ser considerado:	Método de cálculo: ( ) MÉDIA ( ) MEDIANA ( ) OUTRO	Justificar (se utilizado outro método):		
Participação Exclusiva para ME/EPP/Cooperativa (item/grupo inferior a R\$ 80 mil)	( )SIM	( ) NÃO	Justificativa (caso negativo):		
Cota para ME/EPP (bens acima de R\$ 80 mil)	( ) SIM	( ) NÃO	Percentual (se houver):		
Decreto 7.174/2010 (bens/serviços de informática)	( ) SIM	( ) NÃO	Obs:		
Modo de Disputa	( ) ABERTO	( ) ABERTO/FECHADO	Obs:	Obs:	
Intervalo entre lances	( ) SIM	( ) NÃO	Percentual,	/Valor:	
Orçamento Sigiloso	( ) SIM	( ) NÃO	Obs:	Obs:	
Utilização da minuta padrão da AGU	( ) SIM	( ) NÃO Justificar:	Data da minuta:	Alterações: Sim/Não	
Divulgação da Intenção de Registro de Preços	( ) SIM	( ) NÃO	Justificativa (caso não seja divulgado):		
Previsão de Adesão a órgãos não participantes	( ) SIM	( ) NÃO	Justificativa:		
Utilização de parecer jurídico referencial	( ) SIM	( ) NÃO	Justificativa:		
Outras Observações (se houver)					

Sr(a) Responsável pela Divisão de Gestão de Materiais / Compras

Sr (a) Diretor(a) do Departamento de Administração

À		
PRÓ-REITORIA	<b>DE ADMINIS</b>	TRAÇÃO

Objeto: [digite aqui o objeto da contratação]

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhamos para análise jurídica a contratação da empresa [digite aqui a razão social da empresa] - CNPJ nº [digite aqui o número], com fulcro no Inciso [digite aqui o Inciso] do artigo 24 da Lei nº 8666/93, subsidiado pelos documentos autuados no processo, resumidos no check list -Documento SEI xxxxx.

Esclarecemos que o critério de escolha do fornecedor foi ter apresentado o menor valor e possuir regularidade fiscal e trabalhista [digite aqui outro motivo de escolha].

Após análise jurídica, os autos serão encaminhados para ratificação da dispensa pela autoridade competente, bem como demais procedimentos previstos na legislação.

## XXXXXXXXXXXX Divisão de Compras / Gestão de Materiais

## хххххххххххх Chefe da Divisão de Compras / Gestão de Materiais

XXXXXXXXX Diretor(a) do Departamento de Administração Campus xxxxxxxxxx

## XXXXXXXXX Diretor(a) do Campus xxxxxxxxxxx

PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIFESP

Prezados(as) Senhores(as),

Encaminhamos para análise jurídica a contratação em referência, subsidiado pelos documentos autuados no processo.

١		
PRÓ-REITORIA	<b>DE ADMINIS</b>	TRAÇÃO

Objeto: [digite aqui o objeto da contratação]

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhamos para análise jurídica a contratação da empresa [digite aqui a razão social da empresa] - CNPJ nº [digite aqui o número], com fulcro no Inciso [digite aqui o Inciso] do artigo 25 da Lei nº 8666/93, subsidiado pelos documentos autuados no processo, resumidos no check list -Documento SEI xxxxx.

Após análise jurídica, os autos serão encaminhados para ratificação da dispensa pela autoridade competente, bem como demais procedimentos previstos na legislação.

## XXXXXXXXXXXX Divisão de Compras /Gestão de Materiais

хххххххххххх Chefe da Divisão de Compras /Gestão de Materiais

XXXXXXXX Diretor(a) do Departamento de Administração Campus xxxxxxxxxx

> XXXXXXXX Diretor(a) do Campus xxxxxxxxxxx

PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIFESP

Prezados(as) Senhores(as),

Encaminhamos para análise jurídica a contratação em referência, subsidiado pelos documentos autuados no processo.

## RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Processo nº 23089. [digite o número do processo] Valor Total da Contratação: R\$ [digite o valor total da contratação]

Dispensa de Licitação nº: xx/xxxx

## DO RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

DECLARO e reconheço como dispensável a licitação supracitada, com base nos documentos autuados ao processo em referência, para contratação da empresa [digite a razão social da empresa], CNPI nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso), da empresa [digite a razão social da empresa a seguir, se houver] , CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso), referente à aquisição de [digite o objeto da contratação], por dispensa de licitação, com fundamento no ARTIGO 24, INCISO [digite o Inciso] da Lei nº 8.666/93, de acordo com o Parecer nº [digite o número do Parecer Jurídico ou Orientação Normativa nº 46/2014 AGU]- Documento SEI nº xxxxx.

A contratação será registrada e publicada no sistema Comprasnet, na situação de Dispensa de Licitação, com amparo na legislação supracitada.

Encaminho os autos para Ratificação pela autoridade superior competente, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

## xxxxxxxxxx Diretoria do Departamento de Administração Campus xxxxxxxxxxxx

## DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

RATIFICO a dispensa de licitação supracitada, com base nos documentos autuados ao processo em referência, para contratação da empresa [digite a razão social da empresa], CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso), da empresa [digite a razão social da empresa a seguir, se houver], CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso), referente à aquisição de [digite o objeto da contratação], por dispensa de licitação, com fundamento no ARTIGO 24, INCISO [digite o Inciso] da Lei nº 8.666/93, de acordo com o Parecer nº [digite o número do Parecer Jurídico ou Orientação Normativa nº 46/2014 AGU]- Documento SEI nº xxxxx.

Retornem os autos para publicação da ratificação no Diário Oficial da União, nos casos em que a contratação for acima dos valores previstos no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8666/1993, conforme estabelece o Acórdão TCU nº 1336/2006-Plenário, e prosseguimento da contratação.

> XXXXXXXXXXXX Diretoria do Campus xxxxxxxxxxx

## RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Processo nº 23089.[digite o número do processo]

Valor Total da Contratação: R\$ [digite o valor total da contratação]

Inexigibilidade de Licitação nº: xx/xxxx

#### DO RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1.

DECLARO e reconheço como inexigível a licitação supracitada, com base nos documentos autuados ao processo em referência, para contratação da empresa [digite a razão social da empresa], CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso), da empresa [digite a razão social da empresa a seguir, se houver], CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso) referente à aquisição de [digite o objeto da contratação], por inexigibilidade de licitação, com fundamento no ARTIGO 25, INCISO [digite o Inciso] da Lei nº 8.666/93, de acordo com o Parecer nº [digite o número do Parecer Jurídico ou Orientação Normativa nº 46/2014 AGU]- Documento SEI nº xxxxx.

A contratação será registrada e publicada no sistema Comprasnet, na situação de Inexigibilidade de Licitação, com amparo na legislação supracitada.

Encaminho os autos para Ratificação pela autoridade superior competente, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

## xxxxxxxxxxx Diretoria do Departamento de Administração Campus xxxxxxxxxxxx

## DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

RATIFICO a inexigibilidade de licitação supracitada, com base nos documentos autuados ao processo em referência, para contratação da empresa [digite a razão social da empresa], CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso), da empresa [digite a razão social da empresa a seguir, se houver], CNPJ nº [digite o número] no valor de R\$ [digite o valor da contratação], (informe o valor por extenso) referente à aquisição de [digite o objeto da contratação], por inexigibilidade de licitação, com fundamento no ARTIGO 25, INCISO [digite o Inciso] da Lei nº 8.666/93, de acordo com o Parecer nº [digite o número do Parecer Jurídico ou Orientação Normativa nº 46/2014 AGU]- Documento SEI nº xxxxx

Retornem os autos para publicação da ratificação no Diário Oficial da União, nos casos em que a contratação for acima dos valores previstos no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8666/1993, conforme estabelece o Acórdão TCU nº 1336/2006-Plenário, e prosseguimento da contratação.

> XXXXXXXXXXXX Diretoria do Campus xxxxxxxxxxx

**DIRETORIA DO CAMPUS xxxx** 

Processo n.: xxxxxxxxxxxxxx Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxx

Ref: Compra de Bens, Licitação do tipo Menor Preço por Item, Pregão Eletrônico, Licitação Exclusiva para ME/EPP

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhamos o Termo de Referência xxxx para aprovação, cujos subsídios técnicos para a ora solicitada aprovação constam no

Esclarecemos que o processo em referência se amolda aos termos da manifestação do Parecer Referencial n.  $00001/2018/PROCURADOR/PFUNIFESP/PGF/AGU,\ constante\ do\ Processo\ SEI\ n^{o}\ 23089.106808/2018-18\ -\ Documento\ SEI\ n^{o}\ {\tt xxxxxxxx},\ por\ se\ tratar\ de$ pregão (com ou sem registro de preços), para aquisição de bens ou produtos comuns que não envolvam concomitante prestação de serviços de quaisquer espécies e destinados exclusivamente a ME/EPP e Cooperativas.

Esclarecemos ainda que o caso concreto não consta nas hipóteses de não utilização da manifestação referencial elencadas no Parecer supracitado, a saber: a) aquisição de bens incluindo prestação de serviços; b) locação de bem móvel ou imóvel; c) fornecimento de gases; d) fornecimento de refeições; e) dispensa de licitação; f) inexigibilidade; g) adesão a ata de registro de preços; h) licitação com valor acima de R\$ 80.000,00 com ampla participação e i) menor preço por grupo/lote.

Informamos, por fim, que foram utilizadas as minutas padrão disponibilizadas pela Advocacia Geral da União, por meio da Consultoria-Jurídica da União em xxxxxxxxxxx , conforme resumido no Documento SEI xxxx- Modelagem da Contratação.

> XXXXXXXXXX Pregoeiro(a)

xxxxxxxxxxx Chefe da Divisão de Compras/ Gestão de Materiais

XXXXXXX Diretor(a) do Departamento de Administração

# PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

processo Subsidiado pelos documentos autuados acima citado. Parecer no 00001/2018/PROCURADOR/PFUNIFESP/PGF/AGU constante do Processo SEI nº 23089.106808/2018-18, aprovo o Termo de Referencia, conforme o inciso II do art. 14º do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e encaminho para a autorização da abertura de licitação.

> xxxxxxxx Diretor(a) do Campus xxxxxxxx

**DIRETORIA DO CAMPUS XXXXXXX** 

Prezados(as) Senhores(as),

pelos documentos autuados processo acima citado, Parecer no 00001/2018/PROCURADOR/PFUNIFESP/PGF/AGU constante do Processo SEI nº 23089.106808/2018-18, autorizo a abertura do procedimento licitatório nos termos em epígrafe, conforme o Inciso V, art. 8º e o Inciso III, do art. 13º, ambos do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

**DIRETORIA DO CAMPUS XXXXX** 

Ref.: Processo n.:xxxxxxx Obieto: xxxxxxxxxxxxxxx

Prezado(a) Senhor(a)

Encaminhamos o Termo de Referência xxxxx para aprovação, cujos subsídios técnicos para a ora solicitada aprovação constam no documento SEI nº xxx. Informamos que foram utilizadas as minutas padrão disponibilizadas pela Advocacia Geral da União, por meio da Consultoria-Jurídica da União em xxxxxxxxxxx, conforme resumido no Documento SEI xxxx- Modelagem da Contratação.

> XXXXXXXXX Pregoeiro(a)

xxxxxxxxxx Chefe da Divisão de Compras / Gestão de Materiais

XXXXXX Diretor(a) do Departamento de Administração Campus xxxxxxxxxx

# PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Subsidiado pelos documentos autuados no processo acima citado, aprovo o Termo de Referencia, conforme o inciso II do art. 14º do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e encaminho para a autorização da abertura de licitação.

## XXXXXXXXXXXX Diretor(a) do Campus xxxxxxxxxx

# PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIFESP

Prezados Senhores.

Subsidiado pelos documentos autuados no processo acima citado, autorizo a abertura do procedimento licitatório nos termos em epígrafe, conforme determinação do Inciso V, art. 8º do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

Encaminhamos para vossa análise e parecer quanto ao procedimento de contratação, conforme acima mencionado.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROADM

Pregão Eletrônico nº: xxxx Objeto: xxxxx Assunto: Homologação

Prezado(a) Senhor (a),

Transcorrido regularmente o procedimento licitatório em referência e, depois de cumpridas as suas fases legais e administrativas previstas na Lei Federal n° 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e nos termos do art. 46 do Decreto nº 10.024/2019, conforme Ata da Sessão Documento SEI nº xxxx, segue o presente processo para homologação do certame pela autoridade competente, cujo subsídio técnico consta no Documento xxxx.

Esclarecemos que o certame foi declarado prejudicado, devido à inexistência de proposta habilitada, conforme Ata da Sessão juntada aos autos.

Informamos ainda a inexistência de interposição de recursos, conforme ata da sessão juntada aos autos.

Informamos, por fim, a ocorrência de condutas durante o pregão eventualmente tipificadas no art. 7º da Lei nº 10.520/2020 pelos licitantes, pelo não enviou de proposta/declínio de proposta/não envio de documentos, conforme Ata da Sessão acima citada, que a juízo de autoridade competente podem ser passíveis de abertura de processo de sanção com base no artigo 7º da lei 10.520/2002, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

> XXXXXXXXXXXXXXXXXX Pregoeir(a)

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Chefe da Divisão de Compras / Gestão de Materiais PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROADM

Objeto: xxxxxxx

Pregão Eletrônico nº: xxxxxxxxx

Assunto: Decisão de Recurso, Adjudicação e Homologação

Prezado(a) Senhor(a),

Transcorrido regularmente o procedimento licitatório em referência e, depois de cumpridas as suas fases legais e administrativas previstas na Lei Federal n° 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e nos termos do art. 46 do Decreto nº 10.024/2019, conforme Ata da Sessão Documento SEI nº xxxx, segue o presente processo para:

- a) Decisão do Recurso Itens xx e xx;
- b) Adjudicação -Itens xx e xx; e
- c) Homologação do certame.

Informamos a existência de interposição de recursos, conforme ata da sessão juntada aos autos, cujos subsídios técnicos para o ora solicitado constam no Documento [digite aqui o número dos documentos de avaliação do recurso].

Informamos, por fim, a ocorrência de condutas durante o pregão eventualmente tipificadas no art. 7º da Lei nº 10.520/2020 pelos licitantes, pelo não enviou de proposta/declínio de proposta/não envio de documentos, conforme Ata da Sessão acima citada, que a juízo de autoridade competente podem ser passíveis de abertura de processo de sanção com base no artigo 7º da lei 10.520/2002, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

> xxxxxxxxxxx Pregoeiro(a)

ххххххххххх Chefe da Divisão de Compras / Gestão de Materiais Pregão Eletrônico: xxxx

Objeto: xxxxx

Assunto: Julgamento de recurso apresentados pela empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx

#### 1. DOS FATOS

- 1.1. A empresa [digite aqui a razão social], inscrita no CNPJ nº [digite aqui o número de CNPJ], doravante denominada recursante, apresentou, tempestivamente, intenção de recurso e recurso contra a inabilitação da empresa para os itens xx, no pregão eletrônico em referência, o qual passamos a analisar.
- **DO PLEITO** 2.
- 2.1. A recursante alega, em síntese, que [digite aqui um resumo dos argumentos iniciais da empresa].
- 2.2. A recursante alega ainda que [digite aqui um resumo dos demais argumentos da empresa].
- 2.3. Por esses motivos, a recursante solicita que seja revertido a sua inabilitação e [digite aqui um resumo da solicitação da empresa no recurso].
- DA CONTRARRAZÃO 3.
- 3.1. A empresa [digite aqui a razão social], inscrita no CNPJ nº [digite aqui o número de CNPJ] apresentou, tempestivamente, contrarrazões, a qual passamos a realtar.
- 3.2. A empresa alega, em síntese, que [digite aqui um resumo dos argumentos iniciais da empresa].
- A recursante alega ainda que [digite aqui um resumo dos demais argumentos da empresa]. 3.3.
- Por esses motivos, a empresa [digite aqui um resumo da solicitação da empresa na contrarrazão]. 3.4.
- DA APRECIAÇÃO DO RECURSO APRESENTADO 4
- 4.1. Com relação ao argumento da recursante de que[digite aqui o argumento da empresa], informamos que [digite aqui os procedimentos tomados e a argumentação].
- 4.2. Nesse sentido, cabe mencionar a [digite aqui a legislação, Acórdão ou Jurisprudência que ampara o argumento]. Cabe mencionar ainda o princípio da [digite aqui o princípio da licitação previsto na Lei n. 8666/1993 que ampara o argumento - Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos].
- 4.3. Esclarecemos, por fim, que [digite aqui os procedimentos tomados e a argumentação].
- 5. V- DA CONCLUSÃO
- 5.1. Isto posto, manifestamo-nos no sentido de aceitar provimento / negar provimento ao recurso interposto pela empresa
- 5.2. Remeta-se os autos à Autoridade Competente para decisão do recurso, adjudicação e homologação.

Pregoeiro(a)

xxxxxxxxxxxx Chefe da Divisão de Compras / Gestão de Materiais